



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 25/XIII/ 1.ª SL

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016 - Relator - Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD)
  - Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2016: Área da Justiça - Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD)
  - Área da Administração Interna - Relatora - Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)
  - Área da Igualdade - Relatora - Deputada Maria Germana da Rocha (PSD)
3. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
  - COM(2015)670 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento n.º 562/2006 (CE) no que diz respeito ao reforço dos controlos nas fronteiras externas por confronto com as bases de dados pertinentes - Relator - Deputado Fernando Negrão (PSD)
  - COM(2015)671 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2007/2004, o Regulamento (CE) n.º 863/2007 e a Decisão 2005/267/CE do Conselho - Relator - Deputado Fernando Negrão (PSD);
4. **Apreciação e votação de relatórios finais de Petições, designadamente:**
  - Petição n.º 549/XII/4.ª - "Solicitam a suspensão da aplicação do novo regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS)" - Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
  - Petição n.º 11/XIII/1.ª - "Solicita a alteração do artigo 48.º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril" - Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD);
5. **Admissão e distribuição de petições, designadamente:**
  - Petição n.º 53/XIII/1.ª - Pretende que em Portugal seja proibido vender pistolas ou armas de brincar;
6. **Apreciação e votação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
7. **Outros assuntos.**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 25/XIII/ 1.ª SL

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), foi comunicada a baixa à Comissão sem votação, para nova apreciação na generalidade, do projeto de lei n.º 129/XIII/1.ª (PS) - [1.ª Alteração à Lei n.º 5/2011, de 2 de março, que aprova a lei das Ordens Honoríficas Portuguesas, integrando a Ordem de Camões no âmbito das Ordens Nacionais.](#)

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), a que se seguiu a intervenção do Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), que saudou a objetividade do trabalho feito pelo Deputado relator. No final, submetido à votação, o parecer (partes I e III) foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguiu-se a apreciação dos pareceres setoriais sobre a [Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2016, que foram apresentados pelos respetivos relatores.

A Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) apresentou o seu parecer sobre a área da justiça constante da Proposta de Lei e, após a intervenção do Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) apresentou o seu parecer sobre a matéria da administração interna constante da Proposta de Lei, tendo intervindo no debate que se seguiu os Senhores Deputados Fernando Anastácio (PS), Jorge Machado (PCP) e Carlos Abreu Amorim (PSD), que saudaram a objetividade e a informação relevante constante do parecer e sugeriram, igualmente, a supressão de expressões de carácter opinativo, sugestão que foi aceite pela Senhora Deputada relatora. As partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Por fim, a Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD) apresentou o seu parecer sobre a matéria da igualdade constante da Proposta de Lei. Após um curto debate, em

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 25/XIII/ 1.ª SL**

que intervieram a Senhora Deputada Ana Passos e o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No terceiro ponto da ordem do dia, foi apreciado o relatório sobre a iniciativa europeia [COM \(2015\) 670](#) - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento n.º 562/2006 (CE) no que diz respeito ao reforço dos controlos nas fronteiras externas por confronto com as bases de dados pertinentes, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD). No final, submetido a votação, o relatório foi aprovado com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP e do BE, na ausência do PEV.

Foi igualmente apreciado o relatório sobre a iniciativa europeia [COM \(2015\) 671](#) - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2007/2004, o Regulamento (CE) n.º 863/2007 e a Decisão 2005/267/CE do Conselho, apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), que expressou oralmente algumas reservas relativamente à criação deste órgão, nomeadamente no que se refere a situações de intervenção rápida num Estado-membro que não a tenha solicitado – n.º 5 do artigo 19.º e artigos 12.º e 18.º da referida proposta de Regulamento -, com eventual violação do princípio da soberania territorial, chamando também a atenção para o facto de tal decisão dever assentar numa lógica de responsabilidade política partilhada e não numa mera decisão técnica ou administrativa. No debate que se seguiu, usaram da palavra, além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados Jorge Lacão e Isabel Moreira (PS), Jorge Machado (PCP), José Manuel Pureza (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Luís Marques Guedes (PSD), Fernando Anastácio (PS) e Carlos Peixoto (PSD), que partilharam as preocupações manifestadas pelo Senhor Deputado relator e expressaram a necessidade de ser feita uma discussão articulada e aprofundada, conjuntamente com as Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Defesa Nacional e Assuntos Europeus, a fim de ser tomada uma posição comum, pelo que foi sugerido o adiamento da votação do relatório. No final, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) recordou que a ideia originária de criação da Guarda Costeira tinha a ver com a salvaguarda do espaço Schengen e não deveria



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 25/XIII/ 1.<sup>a</sup> SL

ser abandonada, no entanto, disse retirar o relatório em nome da procura de uma posição comum a adotar pelas quatro Comissões envolvidas.

Nesse contexto, o Senhor Presidente agendou para o dia 3 de março a apreciação dessa matéria, tendo ficado de contactar os Senhores Presidente das Comissões envolvidas, solicitando igualmente que fosse feito um esforço de articulação por parte dos Senhores Deputados coordenadores.

No quarto ponto da ordem do dia, foi apreciado o relatório final da [Petição n.º 549/XII/4.<sup>a</sup>](#) - Solicitam a suspensão da aplicação do novo regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS). Em seguida, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Vânia Dias da Silva (CDS-PP), José Manuel Pureza (BE), António Filipe (PCP), Luís Marques Guedes e Carlos Abreu Amorim (PSD). No final, submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Foi, ainda, apreciado o relatório final da [Petição n.º 11/XIII/1.<sup>a</sup>](#) - Solicita a alteração do artigo 48.º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Andreia Neto (PSD). Após um curto debate, em que usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Anastácio (PS) e Luís Marques Guedes (PSD), o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto seguinte, relativo à admissão e distribuição da [Petição n.º 53/XIII/1.<sup>a</sup>](#) - Pretende que em Portugal seja proibido vender pistolas ou armas de brincar, deliberou a Comissão solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia da República a sua redistribuição a outra Comissão por considerar que o seu objeto não se enquadra no âmbito das competências da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Deputado Fernando Negrão usou da palavra manifestando a sua preocupação com a notícia recente da morte trágica de

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 25/XIII/ 1.ª SL**

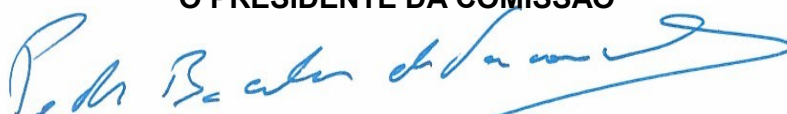
duas crianças em Caxias, que estariam sinalizadas como vítimas de abuso sexual, filhas de alegada vítima de violência doméstica, situação que, pela sua gravidade, suscitaria uma reflexão e uma intervenção da Comissão, designadamente junto da Procuradoria-Geral da República, solicitando informação considerada conveniente sobre o caso, bem como sugestões de alteração legislativa que permitisse o reforço da capacidade preventiva e de intervenção das autoridades judiciárias e dos órgãos de polícia criminal em situações dessa natureza, intervenção a que se associaram, além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados Isabel Alves Moreira e Fernando Anastácio (PS), António Filipe (PCP), Sandra Cunha (BE), Carlos Peixoto (PSD) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP), tendo todos concordado com a inquietação e a sugestão feita no sentido de que a Comissão não permanecesse alheada dessa situação. Por sugestão da Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), foi sugerido igualmente que ouvir a Senhora Procuradora-Geral em sede de 1.ª Comissão sobre a matéria.

Em seguida, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) comunicou que indicava o Senhor Dr. Luís Corceiro Mendes, em representação do Grupo Parlamentar do PCP, para integrar o Conselho dos Julgados de Paz e requereu, ainda, o reagendamento da votação do requerimento, apresentado pelo seu Grupo Parlamentar e já apreciado em reunião anterior, solicitando a audição do Senhor Secretário-Geral do SIRP, Dr. Júlio Pereira.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de fevereiro de 2016

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Bacelar de Vasconcelos)**

**Nota: Aprovada a 06-04-2016**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 25/XIII/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
Andreia Neto  
António Filipe  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Hugo Lopes Soares  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Pimpão  
Sandra Cunha  
Telmo Correia  
Vânia Dias da Silva  
Francisca Parreira  
Jorge Lação  
Luís Montenegro  
Maria Germana Rocha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
António Gameiro  
Filipe Neto Brandão  
José Luís Ferreira  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: